

# INTRODUÇÃO

## **Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia**

Tudo aquilo que o ano de 1668 representa para o mundo ibérico ocupa um lugar bastante marginal no processo que a historiografia se habituou a chamar de «crise da consciência europeia». Aliás, é muito significativo que Paul Hazard, na cronologia que atribuiu a esse fenómeno – circunscrevendo-o ao período de 1680 a 1715 –, não tenha tido em conta essa data tão importante para o futuro dos territórios governados por Lisboa e por Madrid<sup>1</sup>. A paz luso-espanhola de 1668 foi praticamente esquecida, privilegiando-se, em vez disso, o desenvolvimento de uma forma de pensamento contrária à metafísica e à escolástica, e, também, o fortalecimento, no final do século XVII, do novo processo cultural descrito por Hazard. Não se tratou apenas de conferir uma certa insignificância cultural à *união* e à *separação* política das duas monarquias. A questão da ruptura entre a Monarquia Hispânica e Portugal, depois de quase vinte e oito anos de guerra e sessenta de união, acabou pura e simplesmente por desaparecer de um discurso no qual a *República das letras* passou a ver nos portugueses e nos espanhóis, juntamente com os moscovitas, os últimos povos europeus prisioneiros de um registo cultural fossilizado<sup>2</sup>. Instalou-se, então, um ambiente de profunda desconfiança acerca da capacidade do mundo ibérico para produzir

---

<sup>1</sup> Paul HAZARD, *La Crise de la conscience européenne, 1680-1715*, Paris, Boivin et Cie, 1935.

<sup>2</sup> «Pues dice el que dio a luz las obras póstumas de Marcello Malpighi, en la prefacción que hace de ellas, hablando de los progresos que han hecho todas las naciones en todos los estudios y adelantamientos, *praeter Hispanos, Lusitanos et Moscovitas, quid adhuc in tenebris versantur* [à exceção de espanhóis, portugueses e moscovitas, que ainda se encontram nas trevas]». Manuel Martí a Gregorio Mayans, 8 de Fevereiro de 1736, em *Epistolario Mayans-Martí*, edição de Antonio Mestre, Valência, Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1972, pp. 383-383.

uma qualquer forma de modernidade. E essa foi, precisamente, uma das razões então invocadas por aqueles que defenderam que o mundo ibérico deveria ser submetido a um regime de tutela.

Foi também um tempo de gestação de novos estereótipos imperiais. Aos poucos, a precursora expansão dos ibéricos foi deixando de ser condenada, apenas, com base nos tópicos – sobretudo no caso hispano – da conquista e da violência, para passar a ser criticada, também, em nome do comércio e da liberdade política. Trata-se de um tipo de caracterização difundido pelos habitantes de uma *République* literária – bem simbolizada pela figura de Pierre Bayle – que já não reconhecia outra soberania que não fosse a da razão. Para essa *République* não existia maior inimigo do que a intolerância confessional, como recordaria o próprio Bayle, para quem não havia «nada de mais abominável do que fazer conversões mediante o uso da força»<sup>3</sup>.

Longe ainda de assumir, de um modo pacífico, a nova geografia cultural, o espaço ibérico – no qual o pensamento barroco tinha alcançado uma das suas expressões mais acabadas – evidenciava, naqueles anos, sinais de que estava a interiorizar essa *marginalidade* que lhe foi atribuída por outros. Face a um posicionamento auto-referencial, a singular *península metafísica* que, em tempos, se tinha erigido sobre a verdade revelada e que, para além disso, se tinha apresentado como a única fonte de conhecimento, começava agora a ter de lidar com apelos – cada vez mais fervorosos – à insurreição. Assim, várias vozes clamaram contra uma espécie de autarquia que ameaçava converter os naturais da Península Ibérica nos *índios da Europa*. Contudo, e apesar do teor negativo desta e de outras caracterizações do mesmo tipo, jamais se chegou a contemplar a possibilidade de que o ajustamento exigisse, por parte dos povos que habitavam a Península Ibérica, o abdicar de uma cultura própria. O desafio foi abordado num quadro de *marginalidade* e encarado como um trabalho de filtragem e de actualização de uma ordem cultural que se considerava genuína. Foi, fundamentalmente, um processo de *construção*, e não de mera acomodação a um cânone de modernidade.

Como se apontou recentemente, este processo, pela sua profundidade, relaciona-se com o clima de introspecção identitária no qual espanhóis e portugueses se encontravam imersos desde 1640 e, sobretudo, a partir de 1668<sup>4</sup>. Ao fim e ao cabo, e ainda que a hibridação cultural e política que

---

<sup>3</sup> [Pierre BAYLE], *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jesus-Christ Contrain les d'entrer où l'on prouve par plusieurs raisons démonstratives, qu'il n'y a rien de plus abominable que de faire des conversions par la contrainte : et où l'on réfute tous les sophismes des convertisseurs à contrainte, & l'apologie que St. Augustin a faite des persécutions*. A obra, publicada como se fosse uma tradução do inglês para o francês, aludia, para além disso, a um fictício impressor: «A Cantorbery, Chez Thomas Litwell». Na realidade: Amesterdão, Abraham Wolfgang, 1686-1688.

<sup>4</sup> Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO (ed.), *Fénix de España: Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII*, Madrid, Marcial Pons, 2006.

marcara a *união de coroas* tivesse apostado em certas *forms of nationhood*<sup>5</sup> – como as que foram elencadas nas *Flores de España, excelencias de Portugal*, de António de Sousa de Macedo, ou nos *Lusíadas de Luís de Camoens, príncipe de los poetas de España*, de Manuel de Faria e Sousa –, a separação precipitou uma dinâmica, bastante plural, de reconfiguração identitária.

Nalguns contextos emergiram noções identitárias mais cristalizadas, mais rígidas, assentes numa reelaboração da história e da literatura, da língua e da política. Muito embora continuasse presente uma série de memórias comuns, a necessidade de repensar os relatos históricos, desde a mais remota Antiguidade (no caso do espanhol José Pellicer de Ossau<sup>6</sup>), ou apostando no momento fundacional do Portugal dos Bragança (na versão do conde da Ericeira<sup>7</sup>), obrigava a uma profunda revisão do espaço ibérico e dos seus atributos identitários. No entanto, e apesar de muitos a considerarem indispensável para se alcançar a estabilidade política, a reelaboração identitária que se pretendia empreender estava longe de ser uma tarefa fácil. Sentia-se, então, e com cada vez mais força, a pressão cultural não só da *âge classique*, mas também a influência das novas narrativas imperiais geradas no seio de uma ainda incipiente *political arithmetic*. Além disso, no Portugal dos anos de 1670 registou-se um forte interesse pelas concepções republicanas de governo, ao mesmo tempo que, em Espanha, se contemplou a hipótese de a antiga forma de governo monárquico se converter numa espécie de «república aristocrática». Em suma, era difícil encontrar estabilidade nesses tempos finais de Seiscentos, sem dúvida marcados por uma situação política muito atribulada.

Ainda que enfrentassem problemas comuns, portugueses e espanhóis foram reduzindo os outrora frequentes intercâmbios culturais entre os dois lados da fronteira, uma mudança de atitude que sugere que se estava a apostar em referências que já não tinham no mundo ibérico a sua principal fonte de inspiração<sup>8</sup>. É disso um bom exemplo a diminuição do número de obras castelhanas nas bibliotecas portuguesas, tanto nas nobiliárquicas – veja-se o caso da coleção das Casas de Fronteira e Alorna –, quanto nas dos jurisconsultos. E algo de parecido se poderia dizer da abrupta queda no número de casamentos mistos entre as elites nobiliárquicas hispano-portu-

---

<sup>5</sup> Richard HELGERSON, *Forms of Nationhood: The Elizabethan Writing of England*, Chicago, University of Chicago Press, 1994.

<sup>6</sup> José PELLICER DE OSSAU Y TOVAR, *Aparato a la monarchia antigua de las Españas en los tres tiempos del mundo, el adelon, el mithico y el historico*, Valência, Benito Macè, 1673.

<sup>7</sup> Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, na Officina de João Galvão, 1679-1698.

<sup>8</sup> Vanda ANASTÁCIO, «Lengua, nación e identidad: reflexiones sobre los usos del portugués y del castellano en el siglo XVII» in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula Bilingüe II. Usos del castellano y competencias plurilingües en el sistema interliterario peninsular*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2012, pp. 243-257.

guesas, fenómeno que acabou por reforçar uma fronteira que, até essa data, e inclusive em tempos de guerra, tinha demonstrado ser tão porosa quanto conflituosa<sup>9</sup>.

Foi este o contexto no qual se difundiu, em Espanha, uma certa sensação de ansiedade, decorrente quer da debilidade dinástica, quer da quebra da antiga solidariedade entre as várias casas reais ligadas aos Áustrias. Ambos os processos tiveram muita influência no modo como o espaço ibérico se reposicionou numa cena europeia que, nesses anos de transição para o século XVIII, começou a ver na linguagem do equilíbrio o melhor antídoto contra a monarquia universal e contra o reeditar das suas ameaças. No entanto, foi também um tempo em que muitos repensaram, de uma maneira aprofundada, os vastos territórios ultramarinos das duas monarquias ibéricas e o papel que, num futuro imediato, se esperava que tais territórios desempenhassem. Nesses processos de recomposição identitária participaram figuras oriundas das várias margens do Atlântico e, também, dos territórios que Portugal e Espanha detinham na Ásia. Aliás, as reflexões e os projectos que foram formulados no espaço exterior à Europa tiveram, por vezes, tanto ou mais impacto do que os que eram oriundos da velha Península, como demonstram os escritos de Francisco de Seijas y Lobera<sup>10</sup>, Sebastião da Rocha Pita<sup>11</sup> ou Pedro Peralta y Barnuevo<sup>12</sup>, entre muitos outros que poderiam aqui ser citados. É certo que, agora, tais debates eram já algo contrastantes. Se, em Portugal, o pujante Estado do Brasil fazia sentir, com cada vez mais força, o seu dinamismo e o seu optimismo, em Espanha, pelo contrário, o que mais motivava a reflexão era o temor da *perda das Índias*, tópico que, por vezes, se cruzava com o da *perda de Espanha*, muito presente durante o reinado de Carlos II e, também, durante a Guerra da Sucessão.

A forma então assumida pelas matérias identitárias é, precisamente, o fio condutor deste volume, o qual incide, deliberadamente, num tempo situado entre o Barroco e as Luzes, dois polos historiográficos sem dúvida poderosos. Os autores que participam neste livro consideram que, para a compreensão da gramática identitária do mundo ibérico, este período, com

---

<sup>9</sup> Mafalda Soares da Cunha, «Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica» in Bartolomé Yun Casalilla (coord.), *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, Madrid, Marcial Pons, 2009, pp. 205-232.

<sup>10</sup> A obra deste autor, composta por 14 volumes manuscritos conservados nos Archives des Affaires Étrangères, em Paris, foi parcialmente publicada: Francisco de SEIJAS Y LOBERA, *Gobierno militar y político del Reino Imperial de la Nueva España (1702)*, editado por Pablo Emilio Pérez-Mallaína Bueno, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

<sup>11</sup> Sebastião da Rocha PITA, *Historia da América Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730.

<sup>12</sup> Pedro PERALTA BARNUEVO, *Historia de España vincada*, Lima, Francisco Sobrino, 1730.

a sua específica economia cultural e política, é bem mais relevante do que até há pouco tempo se pensava. Por isso, atribuindo ao conceito de *margens* – que aparece no título deste volume – um significado não só geográfico, mas também cronológico, as investigações aqui reunidas transitam sem problemas desde meados do século XVII até à etapa final de Setecentos, transcendendo a cronologia de Hazard.

Nas últimas três décadas as questões identitárias têm estado no centro das atenções, quer entre os que trabalham na área das ciências sociais e das humanidades, quer nos mais variados âmbitos do discurso público<sup>13</sup>. Como consequência, o vocábulo ‘identidade’ assumiu um vasto leque de significados<sup>14</sup>, remetendo, por exemplo, para as afinidades, para as filiações e para as formas de pertença a um determinado grupo. O termo ‘identidade’ passou também a denotar as experiências de comunidade e de conexão, as auto-identificações e, ainda, as auto-representações, individuais ou colectivas. A palavra ‘identidade’ desdobrou-se nestas e em outras acepções, nem sempre consistentes umas com as outras, ao ponto de se ter verificado um certo excesso na sua utilização. Foi esse, precisamente, o diagnóstico efectuado, há alguns anos atrás, por Rogers Brubaker e Frederick Cooper, os quais chegaram mesmo a defender que a ‘identidade’, como categoria analítica, se tornara numa «ferramenta» imperfeita e, até, dispensável<sup>15</sup>.

Apesar de conscientes dos limites analíticos do conceito ‘identidade’ os estudos reunidos neste volume assumem-no com o intuito de captar o modo como os actores dos séculos XVII e XVIII atribuíram significado a si próprios, às suas actividades, ao que partilhavam com os demais e, ainda, ao modo como se diferenciavam uns dos outros, tanto individual quanto colectivamente<sup>16</sup>. Em alguns dos trabalhos aqui presentes a ‘identidade’ é encarada como uma prática destinada a persuadir as demais pessoas de que se era «idêntico», uma atribuição de semelhança que visava alcançar determinados objectivos e justificar uma determinada acção colectiva. Tal como sucedeu em outros períodos, ao longo da época em análise foram muitas as ocasiões em que se invocaram semelhanças, concretizadas em disposições partilhadas ou numa consciência comungada por muitos. Por vezes, essa atribuição

---

<sup>13</sup> A bibliografia dedicada às questões identitárias, nas suas múltiplas acepções, é vastíssima. Para uma boa panorâmica, veja-se, de Marc BELISSA *et al.* (org.), *Identités, appartenances, revendications identitaires*, Paris, Nolin, 2005; e, também, de Richard JENKINS, *Social identity. Third edition*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2008.

<sup>14</sup> Philip GLEASON, «Identifying Identity: a Semantic History», *The Journal of American History*, Vol. 69, n.º 4 (Mar. 1983), pp. 910-931.

<sup>15</sup> Rogers BRUBAKER & Frederick COOPER, «Beyond ‘Identity’», *Theory and Society*, 29 (2000), pp. 1-47.

<sup>16</sup> Andrew B. FISHER & Matthew O’HARA, «Introduction: Racial Identities and their interpreters in Colonial Latin America» in *Imperial Subjects. Race and Identity in Colonial Latin America*, Durham NC, Duke University Press, 2009, pp. 15 e segs.

de semelhança implicou igualmente a instauração da diferença em relação aos que se pretendia colocar fora desse grupo de «idênticos», tendo em vista estabelecer uma fronteira mais nítida entre os que estavam dentro e os que se encontravam fora.

Tal aconteceu, por exemplo, quando uma determinada entidade exprimiu a ideia de que detinha uma característica a título exclusivo, ou quando atribuiu um sentido intrínseco à pertença a uma colectividade, reivindicando a coesão do grupo e, também, a sua homogeneidade. Os trabalhos reunidos neste volume abordam diversos tipos de entidades – instituições, mas também grupos e indivíduos – que desfrutaram dessa capacidade para «criar» identidades, porque detentoras de recursos e de categorias, mas também de esquemas de classificação, de modos de contar e de descrever.

Nos estudos reunidos neste volume tem-se igualmente em conta que os sentimentos de pertença comportavam, por vezes, uma determinada carga emocional. É precisamente essa carga emocional que subjaz a manifestações identitárias de base religiosa, ou ao que habitualmente se designa de ‘sentimento nacional’ ou ‘consciência nacional’, expressões que possuem, por vezes, uma determinada conotação essencialista e supõem uma certa passividade do sujeito<sup>17</sup>. Contudo, e apesar de alguns dos estudos aqui reunidos tocarem em atribuições identitárias referentes à confissão religiosa e à nação, neste volume não se propõe um entendimento essencialista dessas formas de identificação. Em vez disso, procura-se captar o «jogo» entre a auto-identificação e a categorização levada a cabo pelos demais. Por outras palavras, privilegia-se um entendimento relacional das atribuições identitárias, procurando-se captar a capacidade dos actores, de todos eles, para agir sobre essas categorias, para as transformar e para as co-produzir. Tem-se em conta a subjectividade situacional, ou seja, os contextos onde ocorrem as várias atribuições identitárias, a fim de compreender a percepção que as pessoas tinham daquilo que elas eram, da sua posição social e do modo como deviam actuar. Além disso, essas auto-percepções são vistas em constante interação com as percepções dos outros, já que se reconhece que as categorizações, as identificações e as representações produzidas pelos demais eram fundamentais para a maneira como as pessoas se concebiam a si próprias. Em suma, encara-se a identidade como um fenómeno plural, processual, interactivo e produto de múltiplos discursos, os quais, frequentemente, interagiram – e competiram – entre si.

Incidindo no mundo ibérico dos séculos XVII e XVIII, este volume tem como objectivo analisar as categorias de identificação e de diferenciação que foram então formuladas, abarcando um leque diversificado de actores e

---

<sup>17</sup> Cécile VIDAL, «Introduction. “Nos ancêtres les Galois” ou la francité dans le laboratoire colonial (XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle)» in Cécile VIDAL (dir.), *Français? La nation en débat entre colonies et métropole, XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Éditions EHESS, 2014, pp. 15 e segs.

situações igualmente variadas. Pretende-se tomar a identidade não como uma essência ou como uma realidade fixa, mas sim como um modo de diferenciação historicamente situado, marcado pelas condições em que tais atribuições identitárias ocorreram e, sobretudo, pela *agency* dos próprios actores. A finalidade é não só captar as categorias nas quais os indivíduos se moviam e a realidade vivida dessas categorias, mas também as possibilidades e os limites que tudo isso colocava à *agency*, no quadro de uma discussão muito plural acerca dos sentidos de pertença aos diversos grupos que então marcavam presença. E a par de se reconhecer que houve esforços no sentido da imposição de uma identidade homogénea, procura-se também perceber que tais esforços foram sempre objecto de muitas contestações e de aproveitamentos por parte das pessoas neles envolvidas, as quais foram, também elas, co-produtoras de identidades<sup>18</sup>.

Ordenados segundo uma sequência cronológica, os estudos que integram este volume, apesar de serem diferentes no estilo de abordagem e diversos no tipo de debates identitários em que incidem, permitem captar alguns momentos-chave do processo de questionamento que decorreu entre meados de Seiscentos e a segunda metade do século XVIII. A despeito desta variedade, temos consciência de que as investigações aqui apresentadas estão longe de abarcar a vasta panóplia de indivíduos e de grupos que, durante aquele período, participaram nessa dinâmica. Os debates analisados neste volume têm como protagonistas, acima de tudo, publicistas e membros da «república das letras», juriconsultos, aristocratas, genealogistas, oficiais régios, mas também figuras que veiculavam os interesses das elites coloniais, dos mercadores ou dos homens de negócio. Por isso, o quadro aqui apresentado terá de ser complementado por investigações incidindo sobre outros grupos sociais<sup>19</sup>.

Em todo o caso, por si só este conjunto de trabalhos mostra bem que muitas foram as pessoas que, na Península Ibérica, nos mais variados pontos da Europa, das Américas e, ainda, da Ásia, se dedicaram a repensar os traços identitários do espaço ibérico. E mostra, também, o quão intenso foi o debate sobre os atributos (religiosos, corporativos, jurisdicionais,

---

<sup>18</sup> Frederick COOPER, «Francité. Le long débat» in Cécile VIDAL (dir.), *Français? La nation en débat entre colonies et métropole, XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Éditions EHESS, 2014, pp. 211-222.

<sup>19</sup> Neste volume é dedicada pouca atenção aos indivíduos e aos grupos «subalternos» da Europa e das terras americanas, asiáticas e africanas sob o domínio das duas monarquias ibéricas. Durante muito tempo tais indivíduos e grupos foram sistematicamente silenciados pelas abordagens mais tradicionais. No entanto, e graças à atenção que, nos últimos anos, foi dispensada a esses sectores da sociedade e que eram, afinal, a maioria da população, hoje sabemos que, também eles, desempenharam um papel muito activo, não só nos debates identitários em foco neste livro, mas também em muitos outros que não são aqui analisados – cf. Irene SILVERBLATT, *Modern Inquisitions: Peru and the Colonial Origins of the Civilized World*, Durham NC, Duke University Press, 2004, pp. 218 e segs.

nacionais, étnicos, linguísticos, etc.) não só de castelhanos e de portugueses, mas também de aragoneses, de catalães ou de biscainhos, dos grupos *criollos* das várias regiões das Índias de Castela ou das pessoas que eram oriundas das diversas partes do Estado da Índia e da América portuguesa. Analisando um leque bastante diversificado de debates, este conjunto de trabalhos é plenamente revelador do carácter relacional e processual das atribuições identitárias, bem como das disputas e das negociações que tais noções constantemente suscitaram, tanto na Europa, quanto fora dela.

Lisboa, Junho de 2015

DAVID MARTÍN MARCOS  
JOSÉ MARÍA IÑURRITEGUI  
e PEDRO CARDIM